

# MPTC

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas  
Procuradoria Geral



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º Trimestre

2016



ESTADO DE SANTA CATARINA

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS  
Procuradoria-Geral

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

**Procurador-Geral**

Aderson Flores

**Procuradora-Geral Adjunta**

Cibelly Farias Caleffi

**Procurador**

Diogo Roberto Ringenberg

Diretoria-Geral de Contas Públicas  
Juliana Fritzen

Diretoria-Geral de Administração e Planejamento  
Antônio Altero Cajuella Filho

Internet: [http:// http://www.mptc.sc.gov.br](http://www.mptc.sc.gov.br)  
Rua Bulcão Viana, 90 - Centro  
Florianópolis/SC  
CEP 88020-160  
pgtc@mptc.sc.gov.br



## **1. INTRODUÇÃO**

Tendo em vista o compromisso do Ministério Público de Contas na fiscalização do uso do dinheiro público, consoante suas competências institucionais estabelecidas no art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000, apresenta-se este relatório de atividades, que descreve as principais ações realizadas e os resultados alcançados no 1º trimestre de 2016, destinando-se a todos os cidadãos com interesse no funcionamento deste Parquet.

## **2. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

O Ministério Público de Contas, regido pelos princípios institucionais de unidade, indivisibilidade e independência funcional e administrativa, tem atribuições de guarda da lei e fiscal de sua execução, com o fito de promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das leis, no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de competência do Tribunal de Contas, bem como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário.

É exercido pela Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas e compõe-se de um Procurador-Geral, um Procurador-Geral Adjunto e três Procuradores.

Ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas compete (art. 108 da Lei Complementar nº 202/2000):

- promover a defesa da ordem jurídica requerendo, perante o Tribunal de Contas do Estado, as medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário;
- comparecer às sessões do Tribunal e dizer do direito, verbalmente ou por escrito, em todos os processos sujeitos à deliberação do Tribunal, exceto os relativos à



matéria administrativa do Tribunal, sendo obrigatória a sua manifestação por escrito nos processos de prestação e tomada de contas e nos concernentes à fiscalização de atos e contratos e de apreciação dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

- promover, junto à Procuradoria-Geral do Estado ou, conforme o caso, perante os dirigentes das entidades jurisdicionadas do Tribunal, no prazo de sessenta dias contados da data do recebimento da documentação respectiva, as medidas previstas no art. 43, inciso II e art. 75 desta Lei, remetendo-lhes as peças processuais, com as orientações necessárias; e
- interpor os recursos permitidos em lei.

De acordo com o Regimento Interno do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, sua estrutura organizacional compreende:

- Conselho de Procuradores;
- Corpo de Procuradores;
- Gabinete do Procurador-Geral;
- Direção Geral;
- Consultoria Técnica.

### **3. ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS**

#### **3.1 Sessões Plenárias**

O Tribunal Pleno é órgão deliberativo do Tribunal de Contas, reunindo-se ordinária e extraordinariamente.

As sessões ordinárias do Tribunal Pleno são realizadas nas segundas e quartas-feiras.

Participação do MPTC nas sessões plenárias:



Procurador	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Total
Aderson Flores	-	6	7	13
Cibelly Farias Caleffi	2	1	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>17</b>

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

Total no 1º trimestre: 17 sessões plenárias.

### 3.2. Volume de trabalho

Todos os processos que tramitam no Tribunal de Contas são devidamente instruídos pelas Diretorias Técnicas e encaminhados ao MPTC, para emissão de parecer.

#### 3.2.1 Movimentação de processos

No 1º trimestre de 2016 foram recebidos 1.820 processos para elaboração de parecer ministerial, e foram elaborados, no mesmo período, 1.171 pareceres.

Os processos que tiveram saídas sem parecer foram aqueles que tramitaram a pedido, seja para fornecimento de cópias, vistas na sala dos advogados, solicitação pelos gabinetes de Conselheiro e Presidência.

Procurador	JANEIRO/2016					Processos pendentes de manifestação
	Remanescentes do mês de dezembro/2015	Processos recebidos		Saídas de processos		
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	191	6	1	19*	0	179
Cibelly Farias Caleffi	182	22	14	106**	7	105
Diogo Roberto Ringenberg	315	16	13	19***	13	312
<b>TOTAL</b>	<b>688</b>	<b>44</b>	<b>28</b>	<b>144</b>	<b>20</b>	<b>596</b>

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

\*19 pareceres em processos eletrônicos

\*\*63 pareceres em processos físicos e 43 em processos eletrônicos

\*\*\*19 pareceres em processos físicos



Procurador	FEVEREIRO/2016					
	Remanescentes do mês de janeiro	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	179	211	30	157*	34	229
Cibelly Farias Caleffi	105	160	23	121**	27	140
Diogo Roberto Ringenberg	312	223	67	211***	57	334
<b>TOTAL</b>	596	594	120	489	118	703

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

\*156 pareceres em processos físicos e 1 em processo eletrônico

\*\*115 pareceres em processos físicos e 6 em processos eletrônicos

\*\*\*150 pareceres em processos físicos e 61 em processos eletrônicos

Procurador	MARÇO/2016					
	Remanescentes do mês de fevereiro	Processos recebidos		Saídas de processos		Processos pendentes de manifestação
		Distribuídos	Retorno	Com Parecer	Sem Parecer	
Aderson Flores	229	222	37	246*	45	197
Cibelly Farias Caleffi	140	88	31	16**	68	175
Diogo Roberto Ringenberg	334	236	49	276***	66	277
<b>TOTAL</b>	703	546	117	538	179	649

Fonte: Gerência de Distribuição de Processos

\*236 pareceres em processos físicos e 10 em processos eletrônicos

\*\*15 pareceres em processos físicos e 1 em processo eletrônico

\*\*\*249 pareceres em processos físicos e 27 em processos eletrônicos

**3.2.2 Outras atividades desenvolvidas no trimestre**

Procurador	Recursos	Represen tações	Ofícios requisitó rios	Procedi mentos preparató rios	Notifica ções Recomenda tórias	Outros	Total
Aderson Flores	1	-	-	-	-	-	1
Cibelly Farias Caleffi	-	-	19	3	-	-	22
Diogo Roberto Ringenberg	1	-	9	15	8	18*	51
<b>TOTAL</b>	2	-	28	18	8	18	74

Fonte: Gabinetes dos Procuradores

\*Número correspondente a 6 termos de informação e cumprimento de diligências em procedimentos preparatórios e 12 levantamentos de dados nos respectivos procedimentos

**3.2.3 Ofícios expedidos no trimestre**

Foram expedidos 88 ofícios:

Procurador	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Total
Aderson Flores	-	18	42	60
Cibelly Farias Caleffi	1	17	1	19
Diogo Roberto Ringenberg	1	3	5	9
<b>TOTAL</b>	2	38	48	88

Fonte: Gabinetes dos Procuradores e Setor de Protocolo e Diligência

**3.2.4 Decisões definitivas do Tribunal Pleno com encaminhamento para cobrança de débitos e multas**

No trimestre, foram adotadas providências para a execução de débitos imputados e de multas aplicadas em decisões do Tribunal Pleno, previstas no Regimento Interno do TCE/SC, arts. 64 e 65.



Ofícios	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Total
Encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado	-	10	18	28
Encaminhamento às Procuradorias municipais	-	7	17	24
Encaminhamento Empresas Públicas e Soc. de Econ. Mista	-	2	0	2
Total	-	19	35	54

Fonte: Setor de Ajuizamento e Setor de Protocolo e Diligência

Total no 1º trimestre: 54 ofícios expedidos.

#### 4. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

##### 4.1 Informações prestadas aos cidadãos - Lei nº 12.527/2011

No trimestre, foram recebidos 19 pedidos de informações, sendo que o e-mail [pgtc@mptc.sc.gov.br](mailto:pgtc@mptc.sc.gov.br) foi o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem o MPTC.

E-mails: 17

Protocolo: 2

##### 4.2 Convênios e Acordos de Cooperação

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
005/2016	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - MPSC	Promover o intercâmbio e a cooperação institucional, técnica, científica e operacional entre as partes celebrantes, visando estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização e operacionalização, mediante integração de ações e o intercâmbio de informações e documentos entre os membros dos órgãos signatários, no sentido de auxiliar o	Sem impacto financeiro	DOTC-e nº 1907, 18-3-2016



			desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em especial relativo à tutela do patrimônio público e da probidade administrativa, bem como conferir maior eficácia e celeridade na apuração de possíveis irregularidades e ilegalidades praticadas por agentes públicos ou terceiros.		
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: Diretoria-Geral de Contas Públicas